

## Rebanho de quem? Sobre religião, contágio e ideias que viralizam em tempos de pandemia

**Carly Machado**

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, RJ, Brasil

Os tempos de pandemia trazem para o espaço público um amplo debate sobre ideias de contágio, contaminação, infecção e outras categorias que se referem à permeabilidade, à passagem e à invasão do corpo humano. A discussão sobre o “corpo pandêmico” tem sido enfrentada por diferentes autores. Destaco aqui o artigo de Jeremy Stolow (21/05/2020) sobre o tema<sup>1</sup>. Stolow inicia seu texto com a seguinte provocação:

Os processos de inspiração e expiração, ou de ingestão, digestão e excreção, apontam apenas para alguns dos casos mais óbvios em que os limites que supostamente dividem interiores, superfícies e ambientes externos do corpo são de fato porosos e lábeis. E assim, o que, de uma perspectiva muito distante, parece uma entidade única e unitária, invariavelmente, em uma inspeção mais detalhada, compreende uma infinidade de coabitações e interações em rede. O universo, e a vida biológica em particular, como nos é dada a entender, existe em um estado constante de absorção e erupção. Toda coisa sólida não passa de um enxame de forças ocultas. Todo ser vivo irradia. Todas as superfícies vazam, vazam ou sangram.

Em seu texto, Stolow acentua a dimensão expansiva do corpo pandêmico, que passa a ser delimitado não apenas pelo limite da pele, mas se amplia em uma “névoa circundante de atividade microscópica” em que circulam saliva, transpiração, fungos, bactérias, vírus, partículas químicas, entre outras entidades. No desenvolvimento de seu argumento sobre certa genealogia do corpo pandêmico, Stolow recorre a imagens produzidas em diferentes campos de saberes — ao longo da história e em diferentes contextos culturais — nas quais o corpo humano se define em relação com o que está além da pele, uma camada circundante que dele irradia e amplia seus limites.

A porosidade do corpo pandêmico desafia a clássica relação entre indivíduo e coletividade. Proteger este corpo implica uma atitude de proteção não apenas de si mesmo, mas também dos demais, visto que a circulação do vírus no corpo individual potencializa o seu alcance no “corpo” coletivo.

Uma das categorias acionadas para tratar do problema público do contágio na pandemia do novo coronavírus foi “imunidade de rebanho” (*herd immunity*). E aqui chego ao tema específico do qual pretendo tratar neste texto: a ideia de *rebanho*. O principal objetivo desta reflexão é analisar o amplo uso dessa categoria no contexto da pandemia, particularmente no que diz respeito à dimensão “mental” e “comportamental” dessa ideia, ou seja, discutir contextos e situações em que as pessoas são tomadas como passíveis de contaminação por certas “ideias” ou “pensamentos” perigosos e incitadas a agir coletivamente em determinadas direções cuja

legitimação como “certas” ou “erradas” encontra-se em ampla e pública disputa. Mary Douglas (1991), em *Pureza e perigo*, tomou a ideia de contágio como fundamental para pensar a vida social, situando-a no centro de reflexões sobre o religioso e o secular, o sagrado e o profano e, em última instância, a ordem social. Este texto é, sem dúvida, mais um desdobramento direto de suas clássicas e tão atuais provocações intelectuais.

Voltemos então ao conceito de imunidade de rebanho. Pelo que pude entender em minhas pesquisas on-line sobre o tema, trata-se de um termo originado na epidemiologia veterinária que diz respeito a uma forma indireta de proteção contra doenças infecciosas e ocorre quando uma grande porcentagem de uma população se torna imune a uma infecção — por meio de vacinação, infecções prévias ou imunidade natural —, tendo por consequência a proteção de indivíduos não imunes. A concepção de imunidade de rebanho foi mobilizada de modo específico por alguns líderes políticos ao redor do mundo, incluindo o presidente Jair Bolsonaro, sendo contraposta à orientação do distanciamento físico. Nesse sentido político, o amplo contágio pela doença — diretamente por ela, e não pela vacina — seria positivo para a sociedade e para o enfrentamento da pandemia. Uma suposta “imunidade natural” do brasileiro foi, inclusive, um dos argumentos do presidente da República, ao dizer que “o brasileiro tem que ser estudado. Pula no esgoto e nada acontece” (UOL, 26/03/2020).

A comunidade médica, em sua maioria, rejeita a adoção da concepção de imunidade de rebanho como um plano de enfrentamento da Covid-19. O ponto mais sensível é a inexistência de uma vacina que possibilite a imunidade coletiva que não pelo contágio efetivo pela doença. A imunidade promovida pela vacina é completamente diferente daquela provocada pela expansão livre da doença e das mortes por ela causadas. Mike Ryan, chefe de operações de emergência da Organização Mundial de Saúde (OMS), enfrentou publicamente o debate sobre o tema:

[O] conceito [*de imunidade de rebanho*] não agrada a Mike Ryan, chefe de operações de emergência da OMS. "Em epidemiologia animal, a preocupação é com o bem-estar global do rebanho, e não de um animal em particular. Os humanos não são animais", diz. Para Ryan, a hipótese não se sustenta. Para começar, ele explica, porque ainda não se sabe se as pessoas que já tiveram a Covid-19 estão imunizadas de verdade e por quanto tempo. (...) Além de ser perigosa, a estratégia de imunidade coletiva não seria ética. "Essa ideia de dizer que os países que adotaram as medidas menos restritivas vão, miraculosamente, atingir um estado de imunidade coletiva, e paciência se alguns idosos vão morrer nesse período... é um cálculo muito, muito perigoso", avalia Ryan. A OMS rejeita a hipótese, pois ao contrário de possíveis cenários feitos por estudos no início da pandemia, o número de casos considerados graves poderia ser muito mais elevado proporcionalmente, com menos casos assintomáticos do que anteriormente se pensava. Se a doença se espalhasse sem qualquer controle, o número de vítimas fatais poderia chegar a milhões (LANCHE, 12/05/2020).

A ideia de rebanho tem sido aos poucos substituída no debate público pelos termos “imunidade de grupo” ou “imunidade coletiva”. A animalidade presente na imagem do rebanho causa desconforto. Se no rebanho, supostamente, alguns animais “podem morrer” (ver PERROTA, 2020), como pensar a ideia de rebanho no caso de vidas humanas e possíveis perdas “calculadas”? A imunidade de rebanho de Bolsonaro foi assim interpretada, por alguns de seus críticos, como uma estratégia “biopolítica”, “eugênica” e “genocida” de “deixar morrer” aqueles que “podem morrer” (ZELIC, 14/05/2020; FOUCAULT, 2001).

Mas a ideia de rebanho não se restringe aos campos biomédico e das “imunidades” biológicas. Essa mesma categoria tem sido acionada no cenário pandêmico para abordar questões dos campos de debates sobre religião e política. Se a condição de rebanho na biomedicina é física e corporal — levando à análise do corpo pandêmico feita por Stolow —, no campo da religião e da política a formação de rebanhos implica uma condição mental, psíquica e comportamental.

### **Todo rebanho tem um pastor?**

A noção de rebanho, quando tratada em termos psíquicos, mobiliza uma ideia de “obediência cega”, acrítica. Falar em rebanho, neste sentido, implica muitas vezes falar em religião. A relação entre a mente individual e a mente coletiva encontra-se no cerne das questões da fundação das ciências sociais (DURKHEIM, 2008) e, em particular, no tratamento desta ao tema da religião, especialmente em suas bases evolucionistas. Se pensarmos sobre a “porosidade” da mente individual às ideias coletivas, podemos sem maiores dificuldades identificar concepções mais ou menos sutis que tratam a “mente não moderna” como mais aberta às ideias da coletividade e a “mente moderna” como mais cultivada em sua individualidade. Sendo assim, a experiência mágica e religiosa modularia experiências mais compartilhadas e grupais, pois conduzidas por conteúdos sagrados ou dogmas, e a vida moderna, científica e secular estimularia e cultivaria a mente crítica e individual.

A radicalidade dessa ideia pode ser encontrada na contemporaneidade no debate sobre “seitas”. O próprio uso desse termo já remete a certa concepção de controle mental dos devotos. Birman (2005) investigou o campo de questões suscitado pelo perigo das seitas na França e explorou analiticamente a presença de noções como “conversão”, “fanatismo”, “manipulação mental” e “lavagem cerebral” quando acionadas para explicar a razão (ou “desrazão”) da adesão de alguém a uma seita no contexto francês. Destaca-se ainda que a concepção de seita<sup>2</sup> é construída em oposição à ideia de *religião*, na qual as experiências com o “sagrado” são política e publicamente legitimadas.

Em minha pesquisa de doutorado (MACHADO, 2006) dediquei-me ao estudo de uma seita francesa conhecida como “movimento raeliano”. Na abordagem desse movimento, operei com a ideia de seita entendendo-a como classificação acusatória (BECKFORD, 1985; HERVIEU-LÉGER, 2004). Para fins analíticos, discuti o Movimento Raeliano como parte do campo de estudos sobre novos movimentos religiosos (CHRYSSIDES e WILKINS, 2006).

Para tratar da ideia de “lavagem cerebral”, acusação frequentemente elaborada contra as seitas, explorei o campo das relações entre saberes religiosos e científicos sobre o cérebro. Identifiquei, naquele contexto, que boa parte do que se imaginava sobre o “cérebro” e a “mente” no movimento raeliano e no discurso antisseitas era informado pela relação dos sujeitos envolvidos muito mais com uma “ciência popularizada”, oferecida como entretenimento em revistas e livros para o grande público, e pelo imaginário da ficção científica, do que com a leitura e o tratamento de pesquisas científicas publicadas sobre o tema em periódicos acadêmicos.

Vale ainda destacar que a ideia de “manipulação mental” era usada pelos dois campos envolvidos nessa controvérsia como forma de acusação recíproca: enquanto os “membros da sociedade” diziam que os “membros da seita” sofriam manipulação mental, os “membros da seita” diziam o mesmo sobre os “membros da sociedade”, afirmando que estes sim eram os alienados que se submetiam ao controle mental de suas famílias, da mídia de massa, dos políticos e das grandes corporações. A seita, neste caso, afirmava libertar os indivíduos de sua condição de “massa”, individualizando-os e autonomizando-os (MACHADO, 2006).

Quando as primeiras medidas de isolamento foram formuladas no Brasil, alguns pastores evangélicos vieram à cena pública demandar o não fechamento de igrejas, mobilizando argumentos sobre “liberdade religiosa” e o direito ao rito religioso coletivo em tempos de angústia (ver ALMEIDA e GUERREIRO, 2020). Essa demanda de algumas lideranças reverberou no espaço público acompanhada pela ideia de que se as igrejas ficassem abertas, elas quase que certamente ficariam lotadas e levariam à propagação do vírus entre os crentes “iludidos/enganados”, mas também da sociedade em geral, por contágio. Os casos da igreja La Porte Ouverte (na França) e da Shincheonji Church of Jesus (na Coreia do Sul) tornaram-se exemplares de igrejas que insistiram em uma “imunidade espiritual” contra o novo coronavírus e contribuíram para a contaminação de seus membros e o aumento dos casos de Covid-19 em suas cidades (Idem).

A concepção de rebanho no campo evangélico se apresenta com seu complemento mais direto e, poderíamos até dizer, perfeito: o pastor, aquele a quem a ovelha (do rebanho) obedece cegamente.

Frequentemente, as relações entre assembleias e pastores evangélicos são discutidas no espaço público sob essa perspectiva crítica que mobiliza a ideia de rebanho. Certa imagem pública do campo evangélico é feita sob essa ótica da “manipulação” e da “lavagem cerebral”. Retomando aqui o debate sobre seitas x religião, podemos dizer que a acusação de “manipulação de fiéis” feita a certos grupos pentecostais e neopentecostais mobiliza os recursos públicos e políticos da acusação feita sobre seitas, e não sobre grupos religiosos. A acusação de “manipulação mental” é um indicador de que o grupo está sendo classificado como seita, diferente dos grupos “religiosos”, sobre os quais não se faz um debate público em tempos de pandemia. A religião não é perigosa — ao contrário, ela traz conforto e proteção —, a seita, sim.

Apesar de não serem esses os termos a partir dos quais o debate público se dá no Brasil, recorrer ao material sobre seitas na cena política em diferentes contextos nacionais, como o francês, pode nos ajudar a entender argumentos e temas trazidos à tona neste momento em nosso país. A Igreja Universal do Reino de Deus (Iurd) é um dos grupos perigosos apresentados no site da Union nationale des associations de défense des familles et de l'individu victimes de sects (Unadfi)<sup>3</sup>. Ou seja, a Iurd na França é classificada como seita e não como religião. A Unadfi tem como uma de suas funções públicas esclarecer a população francesa sobre o perfil de um grupo sectário e suas características. A lista de seitas em seu site tem essa função.

A análise de Birman (2005) sobre esse tema evidencia a articulação — ou consubstancialidade, nos termos da autora — entre indivíduo, família e nação presente no debate acerca das seitas na França. A “perda” de um familiar para uma seita equivaleria, naquele contexto, à perda de um “cidadão” por sua “nação”. A gravidade da situação era tamanha que surgiram na França práticas de “desprogramação”, às quais indivíduos vinculados a seitas eram submetidos por suas famílias a fim de “libertá-los” do controle mental a que supostamente encontravam-se sujeitos. O movimento raeliano, objeto de minha pesquisa de doutorado, invertia inteiramente a chave da ideia de “desprogramação” e afirmava que, no âmbito do movimento, as pessoas aprendiam a abrir suas mentes, de modo a libertarem-se do controle moral de suas famílias, do catolicismo — grande inimigo moral do movimento — e do controle político de seus países (MACHADO, 2006).

O que pretendo aqui pontuar é o fato de que a acusação de “manipulação mental” por parte de grupos “religiosos” traz para o debate público categorias muito próximas ao debate público francês sobre as seitas e seus problemas. Acionar a “gramática das seitas”, mesmo sem mobilizar essa categoria, implica acionar certa dinâmica de conflitos morais já tratados por pesquisas sobre o tema e cujas consequências para o debate público também foram discutidas. Posso adiantar que a acusação sectária leva a formulações muito específicas e fortemente morais sobre uma maior suscetibilidade de certos sujeitos a influências externas, o efetivo poder dessas influências e o modelo ideal de sujeito e cidadão para a nação em que o debate se coloca.

Para finalizar esta seção, gostaria de retomar o tema do pastorado a partir de Foucault. Em sua genealogia sobre a formação das razões do Estado moderno e da governamentalidade, Foucault (2008) desenvolve uma análise da ideia de “pastorado” — recorrendo aos mundos hebreu e cristão — para pensar a formulação de uma subjetividade “obediente” que se constitui a partir da necessidade de um governo pastoral, responsável por sua segurança e cuidado. Foucault situa essa ideia de pastorado, crucial à formação do cristianismo, como também fundamental para entender-se o conceito de governamentalidade. O modelo pastoral — presente na formação das razões de Estado — implica, para Foucault, uma demanda dos sujeitos por alguém a quem obedecer, uma demanda por governo que, como tal, se espalha em uma rede de micropoderes que oferecem orientação, segurança e cuidado, formando dispositivos constituídos por práticas e discursos políticos, policiais, médicos, educacionais, psicológicos, entre outros.

Desdobrando rapidamente essa discussão de Foucault, poderíamos dizer que se, por um lado, em certos debates públicos acerca do tema da religião há uma crítica à “obediência” dos crentes e ao excesso de orientação de seus pastores — chegando-se ao ponto de se acionar a ideia de manipulação mental do modelo “seita”, como aqui discutido —, por outro, há uma retórica do “abandono” quando se fala do governo estatal, que deixa a população à deriva, sem segurança, orientação e cuidado. Se no tema da religião haveria orientação e obediência em excesso, no que se toma como secular — por exemplo, no âmbito do governo nacional e das orientações de saúde — a questão é a falta de orientação e obediência. Nos dois casos, a centralidade do modelo analítico do pastorado apresentado por Foucault mantém-se em operação.

## Mídia, perigo e lavagem cerebral: ideias que contaminam

Se atentarmos aos grupos evangélicos aos quais são mais associadas as desconfianças de manipulação mental, podemos somar a este debate outro interessante elemento da perigosa formação de “rebanhos”: a mídia. Os grupos com fortes recursos midiáticos são aqueles sobre os quais recai a maior parte das críticas desses como campos de “obediência cega” ao líder denominacional. E a mídia religiosa é usualmente percebida como um forte elemento de controle: a mídia produz a presença global da mensagem e carrega um aspecto sedutor ao mobilizar sentidos, sensorialidades e estéticas voltadas a conquistar mentes e corações. Se sozinha “a mídia” já é concebida como um perigo para a “consciência individual”, a articulação entre religião e mídia potencializaria ainda mais o perigo da alienação e do controle mental.

Tratemos então de forma mais cuidadosa do aspecto midiático, particularmente aquele relacionado às mídias sociais nos últimos anos, e da dimensão “viral” perpetrada aos conteúdos digitais como um aspecto indispensável para o debate público sobre os temas sociais na contemporaneidade. Para além de uma tradicional visão de que a mídia de “massa” forma (ou formava?) “rebanhos”, há hoje um elemento adicional nesse debate: as mensagens “viralizadas” que escapam aos controles centrais e (como vírus) circulam livremente, adentrando celulares, contaminando mentes e infectando rebanhos. Todo conteúdo classificado como *fake news* traz essa “carga viral” que circula sem controle e infecta os pensamentos. Em entrevista sobre o tema, o filósofo Ernesto Perini afirmou que “o nosso problema em relação a coisas como o terraplanismo, o criacionismo ou o negacionismo em relação ao aquecimento global é quase um problema de epidemiologia de ideias” (PERINI, 27/11/2019).

“Tornar-se viral”, no campo midiático, pode ser um mérito ou um demérito. Empresas de marketing digital vendem sua capacidade de tornar algo viral. No campo do entretenimento, ser capaz de tornar algo viral é um mérito de produtores que assim alavancam anônimos que, em poucos dias, passam a ser conhecidos por milhões de pessoas. O perigo vem da impossibilidade de controlar, ou melhor, de gerir a “qualidade” e a “veracidade” do que viraliza. Um amplo campo de disputas se dá então neste domínio. Diferentes grupos e coletivos insistem que certas informações e conteúdos deveriam ser “viralizados”, enquanto a circulação expansiva de outros conteúdos é vista por esses como completamente equivocada, perigosa, como algo que deveria ser controlado.

O ponto sensível neste debate é algo equivalente a uma “imunidade natural” da mente: quem teria a capacidade de selecionar o que, entre o que viraliza, é ou não para ser absorvido, e como. Como não se pode contar com essa “imunidade natural”, grupos específicos buscam “vacinas” para imunizar o coletivo contra as *fake news*: a falta de clareza sobre a real eficácia dessa “vacina” de “esclarecimento” faz com que o medo da circulação das ideias virais continue. Contra as *fake news*, o ideal seria uma imunidade de rebanho, ou seja, atingir um ponto em que a maior parte da população estivesse imune, e assim as ideias perigosas aos poucos deixassem de circular. Gregório Duvivier, no episódio de 22 de maio de 2020 de seu programa *Greg News*<sup>4</sup>, também sobre o tema do rebanho afirma que a população brasileira precisaria de uma “imunidade ao bolsonarismo”, e indica formas de se chegar a essa imunidade coletiva: conquistando corações, já que as mentes estão muito contaminadas.

### **Fé cega (na ciência). Faca amolada**

Desde que o novo coronavírus começou a circular, uma outra circulação passou a ser estimulada: o intenso fluxo de informações entre cientistas e a circulação de informações científicas para a população em geral. A crise pandêmica exige ações de urgência, e o tempo da pesquisa científica tem sido abruptamente atingido pelo tempo da urgência do contágio e da morte. A divulgação científica acerca do novo coronavírus tem respondido, em todos os campos, a um tempo completamente atípico: livros, artigos em periódicos e um amplo conjunto de boletins e textos curtos têm circulado diariamente com informações sobre pesquisas ainda em andamento. Pretende-se que o conhecimento científico se torne viral para conter o vírus. Ele é a vacina, mesmo enquanto não há vacina.

A intensiva afirmação do modelo científico como produtor da “verdade” sobre o vírus exige muitas vezes obediência total e irrestrita aos ditos da ciência. “Fé cega” diante de um conhecimento ainda em construção e sobre o qual pouco conhecemos os bastidores, pois nem há tempo para tal. Se as ciências sociais têm uma longa trajetória de crítica à produção dos conhecimentos científicos, no tempo da urgência pandêmica retomamos a antítese ciência x irracionalidade. E o clamor dos cientistas — inclusive dos cientistas sociais — é para que as pessoas acreditem na ciência.

Compartilho aqui um trecho do texto “Communicating Faith in Science”, de Pamela E. Klassen e Janelle S. Taylor (24/04/2020), publicado no *Dossier Corona*, disponível (on-line) no blog *Religious Matters*:

O que foi necessário para convencer as pessoas em massa a pararem de seguir suas vidas a fim de salvar as vidas de outras pessoas? (...)

De nossa perspectiva na América do Norte, as variadas respostas a especialistas em saúde pública e políticos que convocam o público a ter “fé na ciência” têm sido ao mesmo tempo fascinantes e preocupantes. Algumas das narrativas sobre a pandemia promovem um espírito coletivo de “estamos todos juntos nisso”, algumas colocam os trabalhadores da linha de frente como heróis que se sacrificam e outras promovem teorias da conspiração contra cientistas e contra as iniciativas de distanciamento social. Tomadas em conjunto, as histórias que circulam junto com o vírus revelam profundas fraturas sociais em nossas sociedades.

**Mantendo acesa a reflexão crítica sobre o conhecimento biomédico, mesmo em tempos de pandemia, afirma Stolow (21/05/2020):**

De fato, as ciências biomédicas ocidentais modernas ainda não chegaram a um quadro definitivo ou uma imagem final do dinamismo dos corpos em vida, e talvez nunca cheguem, assim como a “saúde” e a eliminação de doenças do corpo continuam sendo objetivos frustrantemente evasivos: um ponto que a atual pandemia de Covid-19 deixou muito claro, não somente como um problema do conhecimento médico per se mas também em sua promulgação como uma política de saúde pública coerente. Em suma, não é óbvio que o conhecimento biomédico ortodoxo do corpo forneça um contraponto estável às várias representações “não científicas” – ou seja, “culturais” ou, a propósito, “religiosas” – do corpo com o qual aparentemente concorre.

A defesa enfática do conhecimento científico durante a pandemia do novo coronavírus no Brasil se deu, particularmente, na relação direta com dois problemas públicos: 1) o negacionismo científico, cuja circulação se intensificou por meio das mídias sociais e hoje ocupa espaço no governo federal, e 2) a grande crise política que atinge o campo de pesquisas científicas no Brasil, especialmente a partir do corte de recursos públicos, acompanhado pelo demérito das instituições científicas brasileiras na administração de Jair Bolsonaro. Esses dois pontos, no entanto, não guardam relação tão direta ou óbvia com o campo religioso. Se há certa percepção de que o negacionismo científico, por exemplo, tem a adesão de grupos religiosos, essa conclusão demanda maior cautela. O negacionismo científico hoje no Brasil é relativamente expansivo e cruza muitas fronteiras, entre elas as religiosas, apoiando-se em argumentos muitos variados, não apenas religiosos — sobre este tema, sugiro a leitura da reportagem de Alvim (16/09/2017) na *BBC* sobre terraplanismo no Brasil.

Conforme constatado por Almeida e Guerreiro (2020), muitas igrejas evangélicas aderiram à estratégia do distanciamento no Brasil. Meu acompanhamento de grupos pentecostais durante a pandemia vem indicando que diversas iniciativas foram transpostas para ambientes on-line. Se muitos ministérios pentecostais que eu acompanhava já se mostravam muito competentes na difusão on-line de suas práticas religiosas, durante a pandemia essas experiências passaram a ser sistematicamente adotadas por um número muito maior de igrejas, mesmo as menores, que realizam hoje cultos on-line em tempo real e organizam diferentes atividades utilizando recursos das mídias sociais. Isso sem falar das inúmeras *lives* de expoentes da música gospel que chegam aos lares brasileiros (evangélicos ou não) todos os dias<sup>5</sup>.

Mas, indiscutivelmente, a abordagem em relação à pandemia e aos temas nela suscitados é hoje um palco político no qual atuam também lideranças evangélicas. Nesse palco, atuam grupos e líderes que mobilizam projetos religiosos institucionais, mas também econômicos e político-partidários. Quando esses três aspectos se encontram fortemente aderidos, suas proposições devem ser analisadas no jogo de xadrez multidimensional em que todos esses três tabuleiros se movem juntos — sobre a dimensão econômica deste debate, ver reportagem na revista *Piauí* de autoria de Bilenky (05/2020).

Em 4 de maio de 2020, a Coalização pelo Evangelho divulgou um manifesto intitulado *Pela pacificação da nação em meio à pandemia* (COALIZAÇÃO PELO EVANGELHO, 04/05/2020), assinado por 17 lideranças religiosas. O documento apresenta uma análise de conjuntura do período da pandemia no Brasil, lamenta a “degradação da economia que apenas começava a ser recuperar após anos de estagnação”, critica os “desentendimentos” que dificultam as soluções aos problemas do país neste momento e refere-se à “politização” e ao “endeusamento” da ciência.

Importante refletirmos, ainda, acerca da perceptível crise de autoridade em diversas esferas da sociedade. Faz-se notória a confusão de informações e desinformações acerca de todos esses acontecimentos que nos afligem. A mídia claramente não goza da credibilidade que outrora desfrutava. Testemunhamos nesses dias, até mesmo, a triste politização e endeusamento da ciência. Dentro da comunidade científica, inclusive, que poderia e deveria se apresentar de forma mais objetiva, há conflitos de dados e interpretações sobre como tratar a pandemia. O ambiente político, por sua vez, está contaminado por uma infundável luta ideológica e de poder que torna difícil para o brasileiro comum viver “*vida tranquila e mansa*”, em oração, como nos manda a Escritura (Idem).

Percebe-se na formulação deste documento a referência aos principais temas do momento e como, tal qual no campo de acusações recíprocas sectárias discutido anteriormente, as mesmas temáticas são usadas como ataque e defesa entre campos contrários: crise de autoridade, confusão de informações e desinformações, falta de credibilidade da mídia, lutas ideológicas e de poder, entre outras.

O manifesto trazia orientações para que as igrejas continuassem orando pelo “nosso país”, assim elencando suas diretrizes: primeiro item: “*Pelas autoridades* que têm a prerrogativa de tomar decisões acerca de políticas para o combate do novo coronavírus”; segundo item: “*Para que as informações corretas e livres de interpretações duvidosas se sobreponham* a fim de auxiliar a sociedade como um todo na luta contra a pandemia”; terceiro item: “*Pelas autoridades constituídas nas esferas federal, estadual e municipal*. Independente da posição política e ideológica de cada um, precisamos que haja um mínimo de entendimento e unidade para uma saída célere e eficaz da atual crise de saúde, econômica e política”; quarto item: “*Pelos profissionais de saúde*”; quinto item: “Pelo fim da pandemia no Brasil e no mundo” e, ainda, “*pelos famílias enlutadas em razão das mortes de Covid-19*”; sexto item: “Pelas forças de segurança”; sétimo item: “Pela situação financeira dos trabalhadores brasileiros, sobretudo dos desempregados” (COALIZAÇÃO PELO EVANGELHO, 04/05/2020)<sup>6</sup>.

Em 4 de maio de 2020, o Brasil já tinha mais de sete mil mortos pela Covid-19. A oração pela família dos mortos aparece em quinto lugar na lista de orientações para oração em tempos de pandemia. A “pacificação” a que se refere o manifesto é nitidamente política e econômica, e o documento representa os interesses de um grupo bastante investido em angariar atenção pública e espaço político nas articulações do governo de Jair Bolsonaro. Não pretendo aqui minimizar a seriedade de atitudes como esta, mas localizá-la no conjunto maior de movimentações políticas que vêm tomando a pandemia no Brasil como “oportunidade” para arranjos políticos e indicar que o que se promove sob o manto da religião nesses contextos só pode ser devidamente entendido se destrinchado em seus aspectos políticos e econômicos.

A excessiva formulação de “orientações” — tais como as do manifesto aqui apresentado e de outros elaborados por atores do campo da ciência ou da política —, combinada a uma crítica da omissão por “desorientação” — uma das enunciadas contra o atual governo federal —, forma hoje uma cena complexa no Brasil e no mundo, já que está situada em um cenário informacional em ebulição no qual a formulação e disseminação de ideias virais é tanto parte do cotidiano quanto de um intenso campo de disputas macro políticas.

Além disso, retomando a discussão a partir de Foucault iniciada anteriormente, o tempo da pandemia acentua a formação de dispositivos de governo das populações em função de um amplo estado de vulnerabilidade, de modo a intensificar a disputa entre modelos de condução de condutas, mas não sua existência. Pelo contrário, urge um clamor por modelos de condução de condutas que produzam segurança, cuidado e proteção. Sendo assim, cabe ficarmos atentos aos processos de legitimação e formação de autoridade que ocorrem de modo mais intensificado neste momento em todos os campos de condução de condutas, pois tudo indica que em tempos pós pandêmicos, ou no “novo normal”, todos estes sairão de alguma forma fortalecidos.

## Comportamento de manada e o gado bolsonarista

Por fim, gostaria de analisar um último campo em que a ideia de rebanho tem sido intensamente acionada. A crítica do “bolsonarismo” vem chamando de “gado” os apoiadores do presidente Jair Bolsonaro. O crescimento das *fake news* suscitou um debate público sobre o assim denominado “comportamento de manada”:

O conceito faz referência ao comportamento de animais que se juntam para se proteger ou fugir de um predador. Aplicado aos seres humanos, refere-se à tendência das pessoas de seguirem um grande influenciador ou mesmo um determinado grupo, sem que a decisão passe, necessariamente, por uma reflexão individual (GRAGNANI, 09/12/2017).

Há quem se refira à ideia de “comportamento de manada” como uma teoria psicológica. Minha formação de graduação em psicologia se deu integralmente, garanto, sem nenhuma referência a essa ideia. A psicologia social, tal como se sabe nas ciências sociais, cultiva sim um interesse muito forte no tema da relação entre indivíduo e sociedade, mas seus trabalhos clássicos referem-se a grupos e multidões. Nunca li um texto que tratasse coletivos humanos como “manadas” em minha formação na área de psicologia social — campo de estudos de meu mestrado. Mas, sim, no âmbito de certa “psicologia das multidões”<sup>7</sup> do final do século XIX colocava-se a questão da influência “magnética” da multidão, que deixava o indivíduo “hipnotizado”, passando a agir de forma impulsiva, irritada, com falta de julgamento e espírito crítico e excesso de sentimentos.

Nos debates públicos acerca da formação de campos políticos, a ideia de “comportamento de manada” é trazida para a discussão em diferentes momentos (GAZETA DO POVO, 22/09/2019). As questões assemelham-se às das ideias do final do século XIX sobre o comportamento individual nas multidões, mas a dimensão “animalizada” da concepção de manada acentua a irracionalidade do comportamento coletivo. São inúmeros os vídeos e as reportagens de diferentes sites que nomeiam os aliados de Jair Bolsonaro seu “gado”. Listo aqui algumas chamadas<sup>8</sup>:

O dia em que o gado bolsonarista mandou João Doria pastar  
 [G]ado bolsonarista se aglomera em SP para xingar a Globo com direito a caminhão do Exército  
 A imprevisível reação das manadas  
 De Vereza à robô de Bolsonaro, bolsominions abandonam o rebanho por causa de Mandetta  
 Gado bolsonarista hostiliza jornalistas no Alvorada  
 “Gado bolsonarista” representa 14% da população brasileira

São também diversos os memes que fazem referência ao gado bolsonarista, como este:



## Considerações finais

Procurei, nesta breve reflexão, evidenciar os diversos usos da categoria “rebanho” em tempos de pandemia no Brasil, particularmente nos debates públicos sobre saúde, religião, mídia e política. Tentei mapear campos em que a ideia de rebanho tem sido acionada e discutir brevemente elementos presentes em cada situação. Minha intenção foi destacar como a *mente e o psiquismo humanos* são pensados quando a ideia de rebanho está sendo operada. Partindo da ideia de imunidade de rebanho, discuti a dimensão viral de ideias e pensamentos e o modo como diferentes grupos são tomados como mais ou menos suscetíveis à contaminação por ideias perigosas e à formação de coletividades.

Termino aqui suscitando uma última reflexão: o perigo daqueles que falam de rebanhos e se consideram natural ou intelectualmente imunes às ideias perigosas. Percebemos no debate sobre rebanhos que, quando esta gramática é acionada, cada coletivo específico passa a entender a si mesmo como “esclarecido” e “mentalmente imune às mentiras”, enquanto o outro grupo é visto como “manipulável”, “psicologicamente vulnerável” e “facilmente influenciável”. Estas classificações de tipos sociais não poderiam estar mais longe do que sabemos como antropólogos acerca dos grupos humanos e suas idiosincrasias. Este pequeno texto é um convite para que nos mantenhamos alertas como cientistas sociais aos usos da categoria “rebanho”, a fim de que sejamos capazes de participar do debate público dando a devida atenção à seriedade das concepções de subjetivação que esses termos mobilizam.

---

## Notas

<sup>1</sup> Texto publicado originalmente no site *Religious Matters*, no âmbito do *Dossier Corona*, organizado por Birgit Meyer e disponível (on-line) em: <https://religiousmatters.nl/dossier-corona1/>

<sup>2</sup> Cabe destacar a clássica definição de seita e o debate sobre carisma, ambos desenvolvidos por Max Weber (1991, 1999), e seus impactos nos estudos sociológicos.

<sup>3</sup> Disponível (on-line) em: <https://www.unadfi.org/mot-clef/eglise-universelle-du-royaume-de-dieu-eurd-centre-daccueil-universel/> (acesso em 25/05/2020).

<sup>4</sup> Disponível (on-line) em: <https://www.youtube.com/watch?v=LRaQnNXyp5g> (acesso em 25/05/2020).

<sup>5</sup> O site *Lives* reúne informações das lives agendadas para melhor organização da audiência durante a quarentena, disponível (on-line) em: <https://lives.mus.br/>. O conteúdo é apresentado em um calendário diário, mas também por gênero musical, entre eles o “gospel”.

<sup>6</sup> Grifos meus.

<sup>7</sup> Lembre-se aqui do clássico *A multidão: Um estudo da mente popular*, de Gustave Le Bon (1895).

<sup>8</sup> Disponível (on-line) em: <https://www.diariodocentrodomundo.com.br/tag/gado-bolsonarista/> (acesso em 25/05/2020).

<sup>9</sup> Disponível (on-line) em: <http://blogdototinho.com.br/index.php/2020/04/13/praticas-vergonhosas-do-gado-bolsonarista/> (acesso em 25/05/2020).

## Referências

- ALMEIDA, Ronaldo; GUERREIRO, Clayton. “Templos em tempo de pandemia”. **Boletim Cientistas sociais e o coronavírus**, nº 19, 13 de abril de 2020. Disponível (on-line) em: <http://www.anpocs.com/index.php/ciencias-sociais/destaques/2332-boletim-n-19-templos-em-tempo-de-pandemia>
- BECKFORD, James. **Cult Controversies: The Societal Response to New Religious Movements**. Londres; Nova York: Tavistock Publications, 1985.
- BIRMAN, Patricia. “Fronteiras espirituais e fronteiras nacionais: O combate às seitas na França”. **Mana**, vol. 11, nº 1, pp. 7-39, 2005.
- CHRYSSIDES, George D.; WILKINS, Margaret (orgs). **A Reader in New Religious Movements**. Londres; Nova York: Continuum Books, 2006.
- COALIZÃO PELO EVANGELHO. “Pela pacificação da nação em meio à pandemia”. **Coalizão pelo Evangelho**, Fé e Trabalho, 4 de maio de 2020. Disponível (on-line) em: <https://coalizaopeloevangelho.org/article/pela-pacificacao-da-nacao-em-meio-a-pandemia/>
- DOUGLAS, Mary. **Pureza e perigo**. Lisboa: Edições 70, 1991.
- DURKHEIM, Emile. **Da divisão do trabalho social**. São Paulo: Martins Fontes, 2008.
- FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade, vol. 1**. Rio de Janeiro: Graal, 2001.
- \_\_\_\_\_. **Segurança, território, população**: Curso dado no Collège de France 1977-1978. São Paulo: Martins Fontes, 2008.
- HERVIEU-LÉGER, Danièle. “France’s Obsession with the ‘Sectarian Threat’”. In: LUCAS, Philip; ROBBINS, Thomas. **New Religious Movements in the Twenty-First Century: Legal, Political and Social Challenges in Global Perspectives**. Nova York/Londres: Routledge, 2004.
- KLASSEN, Pamela E.; TAYLOR, Janelle. “Communicating Faith in Science”. **Religious Matters**, Blogs, 24 de abril de 2020. Disponível (on-line) em: <https://religiousmatters.nl/communicating-faith-in-science/>
- PERROTA, Ana Paula Perrota. “Serpentes, morcegos, pangolins e ‘mercados úmidos’ chineses: Uma crítica da construção de vilões epidêmicos no combate à Covid-19”. **Dilemas: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social**, Reflexões na Pandemia, 2020. Disponível (on-line) em: <https://www.reflexpandemia.org/texto-1>
- MACHADO, Carly. **Imagine se tudo isso for verdade**: O movimento Raeliano entre verdades, ficções e religiões da modernidade. Tese (doutorado), PPCIS, Uerj, 2006.
- STOLOW, Jeremy. “Algumas notas sobre a visualização do corpo pandêmico”. **Nues**, Blog, 21 de maio de 2020. Disponível (on-line) em: <https://nues.com.br/algumas-notas-sobre-a-visualizacao-do-corpo-pandemico/>
- WEBER, Max. **Economia e sociedade, vol. 1**. Brasília: Editora UnB, 1991.
- \_\_\_\_\_. **Economia e sociedade, vol. 2**. Brasília: Editora UnB, 1999.

## Fontes da imprensa

- ALVIM, Mariana. “Quem são e o que pensam os brasileiros que acreditam que a Terra é plana”. **BBC News**, Brasil, 16 de setembro de 2017. Disponível (on-line) em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-41261724>

- BILENKY, Thais. “Meu pirão primeiro: O empenho dos líderes evangélicos para cobrar o dízimo em plena quarentena. **Piauí**, Tempos da Peste, Edição 164, maio de 2020. Disponível (on-line) em: <https://piaui.folha.uol.com.br/materia/meu-pirao-primeiro/>
- GAZETA DO POVO. “Como o comportamento de manada explica adesão impensada aos ativismos políticos”. **Gazeta do Povo**, Sociedade, 22 de setembro de 2019. Disponível (on-line) em: <https://www.gazetadopovo.com.br/ideias/como-o-comportamento-de-manada-explica-adesao-impensada-aos-ativismos-politicos/>
- GRAGNANI, Juliana. “Como ‘comportamento de manada’ permite manipulação da opinião pública por fakes”. **BBC News**, Brasil, 9 de dezembro de 2017. Disponível (on-line) em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-42243930>
- LANCHE, Jérémie. “Coronavírus: OMS alerta contra hipotética ‘imunidade coletiva’: Imunidade de grupo ou imunidade coletiva, uma solução confiável na luta contra a Covid-19? O princípio consiste em deixar o vírus se propagar na população para que esta possa desenvolver anticorpos. A Organização Mundial da Saúde (OMS) contesta a tese”. **UOL Notícias**, Notícias, 12 de maio de 2020. Disponível (on-line) em: <https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/rfi/2020/05/12/coronavirusoms-alerta-contrahipotetica-imunidade-coletiva.htm>
- PERINI, Ernesto. “O que move as fake news e o negacionismo científico? Filósofo explica — com evidências — o que leva pessoas a crerem em teorias estapafúrdias, como o terraplanismo. E como a extrema-direita se aproveita de emoções identitárias para atacar o conhecimento e promover o ódio ao próximo”. [Entrevista cedida a] Marco Weissheimer. **Outras Palavras**, Outras Mídias, 27 de novembro de 2019. Disponível (on-line) em: <https://outraspalavras.net/outrasmidias/o-que-move-as-fake-news-e-negacionismo-cientifico/>
- UOL. “Bolsonaro: Brasileiro tem que ser estudado. Pula no esgoto e nada acontece”. **UOL Notícias**, Política, 26 de março de 2020. Disponível (on-line) em: <https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2020/03/26/bolsonaro-brasileiro-tem-que-ser-estudado-cai-no-esgoto-e-nada-acontece.htm>
- ZELIC, Julio. “Covid-19 e ação genocida do governo Bolsonaro podem matar 28 mil índios: Doenças são usadas pelo Estado e pelo latifúndio para arrancar os Povos Indígenas de seus territórios”. **Jornalistas Livres**, 14 de maio de 2020. Disponível (on-line) em: <https://jornalistaslivres.org/covid-19-e-acao-genocida-de-bolsonaro-podem-matar-28-mil-indigenas/>

**CARLY MACHADO** ([machado.carly@gmail.com](mailto:machado.carly@gmail.com)) é professora do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais (PPGCS) da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ, Seropédica, Brasil). Coordena, com Patricia Birman, o grupo de pesquisa Distúrbio/Uerj – Dispositivos, tramas urbanas, ordens e resistências, e é pesquisadora do Observatório Fluminense, da UFRRJ. É doutora pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais (PPCS) da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ, Rio de Janeiro, Brasil), mestre pelo programa de Pós-Graduação em Psicossociologia de Comunidade e Ecologia Social (Eicos) da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ, Rio de Janeiro, Brasil) e tem graduação em psicologia pela UFRJ.